

A presença do gado em reservas extrativistas: algumas reflexões¹

Mariana Ciavatta Pantoja

Eliza Lozano Costa

Augusto Postigo

Resumo

As Reservas Extrativistas foram criadas tendo por objetivo a conservação ecológica e social de áreas de interesse ambiental habitadas por populações não-indígenas, tendo como compromisso o respeito a regras de uso dos recursos com baixo impacto ambiental em troca da garantia de direitos ao território e outros benefícios. A passagem do século XX ao XXI assistiu a expansão da atividade pecuária nessas unidades. Este artigo procura mostrar, a partir do exemplo da Reserva Extrativista do Alto Juruá, que a opção pela pecuária como alvo de interesse pelos seus moradores é parte de um conjunto maior de transformações em curso na área que põem em questão o sistema de uso, posse e acesso a terra historicamente vigente nos seringais, representado pelas “colocações”. O artigo finaliza levantando questões que deveriam compor uma agenda de pesquisa e ação.

Palavras chave

Amazônia. Reserva Extrativista.
Pecuária. Seringueiros.

Abstract

Extractive Reserves were created with the objective of social and ecological conservation in areas of environmental interest which are inhabited by non-indigenous populations, who have the obligation to respect resource use rules with low environmental impact, in exchange for guaranteed rights to the territory and other benefits. The turning of the 20th to the 21st century saw an expansion of cattle raising in these areas. However, as this article tries to show using the example of the Upper Juruá Extractive Reserve, the cattle raising option as an activity of interest to its residents is part of a larger cluster of transformations underway in the region that bring into question the system of use, tenure, and access to the land historically found in the *seringais* (rubber states), represented by the “*colocações*” or traditional rubber tapper household units/use areas. The article concludes by raising questions that should stimulate an agenda for further research and action.

Keywords

Amazon. Extractive Reserve.
Cattle. Rubber Tapper.

1. INTRODUÇÃO

O sistema extrativista que, no Alto Juruá (extremo oeste do estado do Estado do Acre), mas não só, deu sustentação local a economia da borracha, tinha algumas características centrais:

1. Eram explorados concomitantemente vários nichos e produtos, concentrando em poucos deles o valor de mercado – borracha, no caso aqui analisado. Os demais compunham a economia doméstica como subsistência, incluindo-se aí práticas extrativas, agrícolas e de criação (galinhas, patos e porcos, e gado também, porém em número muito reduzido – o rebanho e os criadores) (ALMEIDA, 1991; CUNHA, Carneiro da; ALMEIDA, 2002).

2. Esta unidade socioespacial de vida e trabalho das famílias de seringueiros – conhecida por “colocação” – supunha ainda uma densidade demográfica baixa e compatível com um uso não predatório dos recursos no médio e longo prazo (CUNHA, Carneiro da; ALMEIDA, 2002).

3. A distribuição espacial das colocações era determinada pela incidência natural das seringueiras dispersas na floresta, o que resultava num padrão de dispersão e baixas densidades demográficas no interior da floresta (ALMEIDA, 1991; CUNHA, Carneiro da; ALMEIDA, 2002; POSTIGO et al, 2008).

4. Apoiava-se em noções de propriedade particulares, dadas pelo uso e ocupação efetiva do território, onde as transações contabilizavam os recursos incidentes, não a terra (LUNA, 2003). Assim, vigorava nas colocações um sistema de herança que tinha como horizonte a disponibilidade de novas áreas para ocupação (ALMEIDA, 1983; PANTOJA, 2008).

5. Comportavam também formas de socialidade particulares (como a vizinhança), formando redes sociais a partir de grupos organizados pelo idioma do parentesco (ALMEIDA, 1993; COSTA, 2002; PANTOJA, 2008).

6. Supunham ainda uma relação singular com o meio, com a floresta e seus bens, orientada por normas de conduta e comportamento específicas: uma relação tanto econômica, quanto cosmológica e de conhecimento (ARAÚJO, 1998; CUNHA, Carneiro da; ALMEIDA, 2002; POSTIGO, 2003, DIAS, 2005).

7. Do sistema de colocações, escolas da rede pública eram praticamente ausentes, assim como a própria presença do Estado. Comerciantes, sejam eles “patrões”² ou “marreteiros” (pequenos comerciantes), e posteriormente a Cooperativa dos seringueiros, eram mediadores-chave para a operacionalidade do sistema (COSTA, 1998).

Foi a partir desta realidade que o movimento social dos seringueiros no estado do

1. O texto a seguir teve sua primeira versão apresentada na Oficina Técnica “Implicações da Pecuária em Resex e RDS”, promovido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio/MMA) e pela GTZ no mês de junho de 2009, em Brasília.

2. “Patrões” são os proprietários ou arrendatários dos seringais, onde gerenciam a produção e comercialização da borracha pelos seringueiros, obrigados a entregar sua produção no “barracão” em troca de pagamento em espécie ou, mais comumente, em artigos industrializados e de consumo doméstico (as “mercadorias”).

Acre, mas não só, se estruturou para garantir a integridade de seus territórios, quando estes se viram ameaçados, o direito de propriedade sobre as áreas de floresta ocupadas e também justiça social (ALLEGRETTI, 2002). Todo esse sistema, no entanto, entra em transformação tão logo as primeiras Reservas Extrativistas são criadas, em 1990.

A economia da borracha nativa amazônica, que passou por várias crises desde seu auge em 1912 (WEINSTEIN, 1995, ALMEIDA, 1993), entra em nova fase de declínio, perdendo preço, mercado e competitividade. No Alto Juruá, onde a borracha era o principal produto comercial e não conhecia concorrentes dentro do extrativismo (como a castanha ou, mais recentemente em outras áreas, a madeira), a economia local é profundamente afetada e novas estratégias começam a ser postas em prática pelos moradores. O sistema de colocações, que conferia a base da sustentabilidade atribuída ao modo extrativista de produção, começa a experimentar transformações profundas, como podere-

mos aqui observar a partir do caso da Reserva Extrativista do Alto Juruá.³

A problemática que teremos como referência para adentrar neste novo contexto é o expressivo aumento da atividade pecuária, fato este que vem se verificando em outras unidades de conservação ditas, conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), “de uso sustentável” (ERINGHAUS; GOMES, 2009). De fato, a percepção de que o aumento do desmatamento nas Reservas Extrativistas estaria relacionado ao aumento do tamanho dos pastos, dos criadores e dos rebanhos de gado acendeu um sinal de alerta entre gestores governamentais.⁴ Logo começou-se a falar em “pecuária das Reservas Extrativistas”, indicando o que seria um desvio de rumo e reacendendo assim o velho debate sobre a viabilidade da conservação ambiental em áreas habitadas por populações humanas⁵.

Neste artigo, pretendemos apresentar uma primeira reflexão – portanto talvez não tão sistemática como desejaríamos – sobre como o aumento da pecuária na Reserva Ex-

3. Para o caso da emblemática Reserva Extrativista Chico Mendes, onde a economia e modo de vida dos moradores também vem passando por expressivas mudanças, consultar, entre outros, Salisbury e Schminck (2007) e Vadjunec et al (2009).

4. O tema entrou em debate, no Acre, a partir dos inéditos incêndios florestais que ocorreram no estado em 2005 e novamente nos anos de 2008 e 2009, quando dados sobre desmatamento e aumento das pastagens foram divulgados e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) realizou ações de fiscalização e controle na Reserva Extrativista Chico Mendes, multando e expulsando moradores com áreas de pasto e tamanho de rebanho que extrapolavam as regras do Plano de Utilização da unidade. Neste momento, o debate envolveu também lideranças e moradores da Reserva, como pode ser conferido nos seguintes blogs: www.altino.blogspot.com e www.blogdaamazonia.blog.terra.com.br (postagens entre outubro de 2008 e julho de 2009). Contudo, queremos assinalar que no interior mesmo das Reservas há um debate sobre o tema que não encontra-se necessariamente refletido na forma pública que ele toma. Desde o início do século XXI, por outro lado, pesquisadores vem apontando para a problemática da pecuária no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes (GOMES, 2001; SALISBURY, 2002 *apud* GOMES, 2004). A Oficina Técnica na qual este texto foi preliminarmente apresentado (ver nota 1) reflete já um amadurecimento da discussão, tendo envolvido gestores, pesquisadores e lideranças.

5. A bibliografia aqui é por demais ampla e refere-se as reações surgidas a partir do artigo seminal de Hardin (1968) e seus desdobramentos desde então.

trativista do Alto Juruá está relacionado, por um lado, a um conjunto maior de transformações que, como dissemos, afetam profundamente o sistema tradicional de colocações. Por outro lado, e isto é de fundamental importância, esta alegada “pecuarização” não corresponde necessariamente a uma desestruturação do modo de vida seringueiro⁶, e sim um conflito entre este modo de vida e os novos padrões de atividade e ocupação do território que começaram a se configurar na Reserva na passagem do século.

2. AS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Reservas Extrativistas são fruto do movimento social dos seringueiros amazônicos, em especial do Acre, e das parcerias que lograram estabelecer. Trata-se de uma proposta, depois transformada em política pública, nascida da luta concreta dos seringueiros por seu direito a permanecerem nos seus locais de moradia e trabalho. Essa forma de vida baseava-se especialmente na extração do látex das seringueiras, dispersas em grandes áreas de floresta e passou a ser ameaçada pelos empreendimentos econômicos que nas décadas de 1970 e 1980, se instalaram na Amazônia, com apoio dos governos militares. A partir de meados da década de 1980, em especial depois do I Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia (realizado em Brasília, em 1985), no qual a proposta de Reservas Extrativistas foi oficialmente lançada, a aliança com o movimento ambientalista nacional e internacional foi fundamental para dar maior projeção e poder de argumentação à luta dos seringueiros por uma reforma agrária adaptada as suas formas de uso e ocupa-

ção da floresta (MENEZES, 1989; ALMEIDA, 1995, 2004; ALLEGRETTI, 2002).

Na luta contra a expulsão da floresta pelos novos empreendimentos, os seringueiros também voltavam-se contra os projetos de assentamento e colonização realizados pelo governo, que estabeleciam a divisão da área em lotes geométricos e individuais. Essa divisão não combinava com a organização social e espacial dos seringueiros, que viviam nos espaços chamados de “colocações”, dentro dos seringais.

Os seringais eram propriedades (em sua maioria não legalizadas) de patrões que arrendavam as “estradas de seringa” (trilhas na floresta que ligam as seringueiras entre si e cujo início e término coincidem) a seringueiros que, em troca, vendiam, teoricamente com exclusividade, toda borracha produzida a esses patrões. Ao longo desse sistema que vigorou desde o final do século XIX, além do uso das estradas de seringa, os seringueiros se utilizavam de áreas para plantio de roçados, de forma coletiva ou familiar, além de compartilharem de áreas coletivas para a pesca, a caça e a coleta de outros produtos utilizados para alimentação, medicação e construção. Dessa forma, para além da relação entre seringueiros e patrões, as colocações também eram espaços com variados sistemas de propriedade costumeira, que comportavam usos individuais (grupo doméstico) e familiares (mais de um grupo doméstico aparentado), bem como espaços de uso comum (como lagos, rios, áreas de caça) (ALMEIDA, 1991; COSTA, 2002; LUNA, 2003; PANTOJA, 2008).

Já a divisão de lotes dos projetos do Incra inviabilizava a reprodução sócio-cultural e

6. Por “modo de vida” entendemos concepções sobre o espaço, o uso do território, noções de propriedade e acesso aos recursos e formas de socialidade.

econômica deste campesinato florestal (ALMEIDA, 1993). Com isso, os seringueiros que iniciaram as lutas contra a destruição da floresta e a expulsão dos seus moradores causadas pelos novos empreendimentos, precisaram criar novas propostas de organização fundiária, além de buscarem garantir o acesso a melhores condições de vida (como saúde e educação) e oportunidades econômicas num modelo de desenvolvimento que os valorizasse e favorecesse, e não aos grupos econômicos que os expulsavam de suas colocações. A proposta das Reservas Extrativistas abriu, dessa forma, o caminho para “a inserção da variável social nas políticas ambientais” (ALLEGRETTI, 2002, p. 736).

Como conquista desse movimento, o Decreto 98.897, de 30 de janeiro de 1990, instituiu a figura jurídica das Reservas Extrativistas, definindo-as, em seu artigo 1º, como “espaços territoriais destinados a exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”. Assim, as Reservas passaram a ser “espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social” (art. 2º), ou seja, com “características naturais ou exemplares da biota que possibilitem a sua exploração auto-sustentável, sem prejuízo da conservação ambiental” (parágrafo único do art. 2º). A desapropriação da área ficou estabelecida como uma atribuição do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Este mesmo decreto estabeleceu como instrumentos de gestão o instituto da Concessão Real de Uso e o Plano de Utilização para regular o uso dos recursos na-

turais, cabendo ao IBAMA supervisionar o seu cumprimento e aplicar as penalidades cabíveis. O Plano de Utilização teve como objetivos registrar e dar um caráter de lei às regras que costumeiramente regiam tecnicamente o manejo dos recursos naturais realizado pelos seringueiros (ALMEIDA; PANTOJA, 2004). O Plano deveria ainda consagrar direitos (quem tem direito de uso e acesso), deveres, penalidades a eles associados e, finalmente, regras quanto à entrada e saída de moradores da Reserva.

No início do século XXI, algumas alterações ocorreram na legislação sobre Reservas Extrativistas. No dia 18 de julho de 2000, a Lei 9.985 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (o SNUC). Em seu art. 18º, as Reservas são definidas como “uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”. Como assinala Ehringhaus (2005: 270), o SNUC representou a incorporação da dimensão humana nas políticas ambientais por meio de Unidades de Uso Sustentável e pela garantia explícita dos direitos das populações residentes. Neste sentido, não haveria como negar o sucesso do movimento dos seringueiros, que logrou consolidar como política pública a proposta nascida em seus encontros regionais e ainda dar novo sentido à questão ambiental brasileira.⁷

7. Hoje, no Brasil, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, criado em 2007 pela lei 11.516 a partir da reestruturação do Ibama e cuja principal atribuição é a gestão das unidades de conservação federais), existem 59 Reservas Extrativistas criadas, 27 delas fora da Amazônia (em especial na zona costeira). <http://www.icmbio.gov.br/> (acesso em nov. 2009).

Contudo, outras análises tem apontado que a progressiva ambientalização das Reservas Extrativistas, em detrimento do seu caráter de política social e fundiária, pode estar implicando na perda de autonomia das populações locais e no descolamento entre as expectativas locais e as previstas em lei. A partir do SNUC, os moradores viram-se obrigados a se adequar a uma estrutura organizativa (Conselhos Deliberativos) e projetos de futuro (Planos de Manejo) que tendem, segundo pesquisadores, a um “desempoderamento” dos usuários diretos das unidades (GOMES, 2004; ERINGHAUS, 2005) e a uma cosmologia recheada de concepções e determinações alheias ao pensamento e modo de vida locais (Lobão, s/d).

3. A RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ

Distante cerca de dois dias de barco na época de “inverno” da cidade de Cruzeiro do Sul, encontra-se o Município de Marechal Thaumaturgo, onde está localizada a Reserva Extrativista do Alto Juruá. Seus pouco mais de 500 mil ha representam quase 70% das terras municipais. Como já foi apontado, no Alto Juruá, ao longo de todo século XX, a principal produção era a borracha nativa. A partir dos anos 90, este quadro começa a mudar. O descenso da economia da borracha na região é comumente apontado como a principal causa para as transformações que se seguiram, em especial o aumento da agricultura e da pecuária. É nosso objetivo mostrar que há mais coisas em jogo.

3.1 O gado como investimento

Com a impossibilidade de continuar vivendo da borracha, muitos seringueiros abandonaram as áreas mais centrais e rumaram para as de mais fácil acesso (“margens”). Nestas novas áreas passam a incrementar seus espaços de produção agrícola e de criação animal, mudando assim, aos poucos, o perfil de sua principal atividade econômica. Mesmo aqueles que optam por permanecer nos “centros” também aumentam seus pastos para gado, já que a distância dificulta o acesso e transporte de produtos agrícolas para as margens. A economia doméstica, a partir de então, passa gradativamente a ter o gado, até então um recurso de posse pouco generalizada, como um de seus componentes de cálculo relevante. A agricultura também ganha novo destaque. Essas atividades (agrícolas e pecuárias) tendem a aumentar a conversão de áreas de floresta.⁸

Se, em 1990, 54,5% das famílias da Reserva produziam borracha, dez anos depois esta porcentagem já tinha caído para 21%, com uma queda concomitante na produção anual de cada família. O subsídio da borracha, no início do século XXI, não chegou propriamente a reverter esta tendência, mas deu uma sobrevida à atividade. Em 2007, o único rio onde era possível encontrar seringueiros produzindo borracha era o Bagé, e em número bastante reduzido (POSTIGO et al, 2008).

No cadastramento realizado em 1991, 24,5% das famílias criavam gado, em geral pequenos rebanhos. No primeiro survey rea-

8. Embora aquelas unidades com índices maiores de pecuária e desmatamento não deixem de cumprir a função de barreira ao desmatamento em áreas de fronteira agrícola em expansão (ERINGHAUS; GOMES, 2009). Ver também Salisbury; Schmink (2007) e Vadjunec *et al* (2009).

lizado após o cadastramento, em 1995, este número subiu para 39,7%. No segundo survey, de 1998, o aumento no número de famílias de posse de um rebanho de gado aumentou sensivelmente, atingindo 50%. Este aumento significativo foi acompanhado, na época, de uma diminuição do número médio de cabeças de gado (6), o que indicava uma expansão da criação de pequenos rebanhos. Investigando a idade média dos rebanhos, chegou-se a 10 anos, o que significa que a partir de 1989 começou a haver um incremento na produção de gado na Reserva.⁹

Este dado é relevante. Em 1989, a Reserva ainda não tinha sido criada, mas já estava em curso a experiência da Cooperativa de Seringueiros, que efetivamente desafiou e desestabilizou o regime de “barracões” na área. Com a Cooperativa, os seringueiros desobrigaram-se de entregar sua produção de borracha no barracão, além de receberem créditos para aquisição de mercadorias (contas que muitos não pagaram). Ou seja, houve maior liberdade econômica e um aumento da renda monetária somados a uma situação favorável para aquisição de bens. Tudo isso num contexto de garantia de direitos de acesso e ocupação da terra, noutras palavras, estabilidade.

O que está sendo sugerido é que a criação da Reserva propiciou um contexto política e economicamente favorável a alguma capitalização por parte dos moradores, e que muitos investiram seu capital em gado. Este contexto, ver-se-á na próxima seção, não se limitou as oportunidades conferidas pela Cooperativa. As políticas públicas em muito contribuíram também.

Dados do survey de 1998 indicam que 50% dos rebanhos foram iniciados com re-

ursos advindos da venda de borracha, e outros com doações de familiares (pai, sogro, cunhado). Pode-se supor que no caso destes últimos tratou-se da dotação de jovens casais, o que pode indicar uma nova estratégia de herança, assim como parece estar sendo o acesso ao ensino formal, como veremos adiante. Deve ser lembrado que foi a partir do início dos anos 90 que a aposentadoria rural se expandiu na região, trazendo para muitas famílias, direta ou indiretamente, uma fonte estável de renda monetária.

Foi no gado, portanto, este patrimônio, herança ou “poupança de quatro patas” que os moradores da Reserva tenderam a enxergar alguma segurança para investir seus ganhos e repassá-los a seus descendentes. Na Reserva Extrativista do Alto Juruá, porém, talvez diferentemente de outras (ERIN-GHAUS; GOMES, 2009; SALISBURY; SCHMINK, 2007), no cálculo econômico familiar parece-nos que o aumento do peso da pecuária como fonte de rendimentos monetários não pode ser visto como uma contra-partida simétrica à diminuição do papel da produção gomífera. Essas duas commodities não cumprem as mesmas funções quando vistas da perspectiva da economia doméstica. Se a borracha era o produto por excelência de geração de uma renda capaz de ser convertida em artigos de consumo ordinário (como os de alimentação), embora não só, o gado cumpriria mais uma função de investimento em patrimônios duráveis, materiais ou não, considerados vitais para a reprodução do grupo no tempo (saúde, educação, moradia, dote). Seu abate para fins de alimentação ou custeio de gastos cotidianos não é o padrão.

9. Todos esses levantamentos foram realizados sob a coordenação do prof. Mauro Almeida (UNICAMP).

E aqui cabe uma pergunta incômoda: que outras alternativas de investimento de capital que não o gado teriam os moradores? Tudo indica que houve um aumento da renda na Reserva. Onde então aplicar os ganhos e garantir algo melhor para si e descendentes? Aumentar o roçado? Não parece ser o caso. A mão-de-obra é limitada, não há uma cultura de acessar créditos bancários e não há tampouco uma produção agrícola que compense. Cortar mais se-
rringa? Não, os preços não são compensadores, não há segurança aí. Comprar terra? Não é o caso. Casa? Talvez, na sede municipal, para os filhos estudarem ou para si na velhice. Aplicações financeiras, jóias...? Que outros produtos florestais não-madeireiros já são uma aplicação segura e compensadora? No caso da Reserva Extrativista do Alto Juruá, estas alternativas não existiam, e ainda não existem.

3.2 Políticas sociais e seus impactos

O contexto onde a agricultura e a criação de gado ascendem na Reserva está ainda acompanhado, a partir do final dos anos de 1990, de uma série de políticas governamentais que terminaram por alterar positivamente os rendimentos monetários locais e acabaram criando um novo capital de investimento para as famílias moradoras da Reserva.

A partir de 1998, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Programa Fundef¹⁰, seguidos de outros se-

melhantes, com somas inéditas de dinheiro do governo federal repassadas diretamente para os municípios, disseminando pequenas escolas primárias em toda a região, e, principalmente, gerando uma grande quantidade de empregos para professores, zeladoras, cozinheiras, pilotos de barco de transporte de crianças, e criando uma motivação nova de concentração de moradores em torno das escolas.

Em seguida, começaram a ser criados os programas governamentais de distribuição direta de renda, política depois continuada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, produzindo outras mudanças econômicas na região. Surgiram os diferentes benefícios federais como “bolsa escola”, “bolsa família” e “bolsa gás”, recebidos por praticamente todas as famílias da Reserva. Dessa forma, conforme um ex-morador do município, nesse período “a borracha foi substituída por dinheiro”. Desde 1994, por outro lado, o auxílio-maternidade também passou a ser concedido às trabalhadoras rurais. Com isso, as mulheres da Reserva começaram a receber quatro salários-mínimos, batizados localmente de “aposentadoria de criança”, após o nascimento de cada filho, o que significa, em alguns casos, a maior fonte de renda da família ao longo do ano.

Esses programas aumentaram significativamente o volume de recursos financeiros circulando no município e, claro, a renda local, resultando em maior acesso a bens antes dificilmente acessíveis. Se

10. O Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) foi um programa federal de incentivo à educação básica criado durante o governo de Fernando H. Cardoso pela lei 9.424 de 1996, que prevê um valor mínimo que todo município deve receber por cada aluno matriculado na escola básica. Mais tarde o programa foi denominado de Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), existente até hoje.

em 1995 somente 8% do moradores entrevistados diziam ter uma canoa com motor, no início da década de 2000 era muito difícil alguém que não possuísse o seu. As mudanças na atividade pecuária também se fizeram sentir, dentro e fora da Reserva. Afinal, o aumento de renda foi vivido também pelos moradores da sede municipal. Vários deles começaram a manter pastos em locais de moradias de parentes no interior da Reserva, ou pagando para outros moradores, intensificando ainda mais o aumento de pastagens¹¹.

Dessa forma, a agricultura, a pecuária, os benefícios sociais e serviços passaram a ser, ao longo da década de 1990, as principais fontes de renda monetária na Reserva, em complementaridade ao extrativismo (caça, pesca, cipós, madeira, frutos etc) para consumo doméstico. A borracha continuou a ser produzida, porém por poucas famílias e em zonas bastante limitadas (RUIZ-PEREZ et al, 2005; PANTOJA, 2006; POSTIGO et al, 2008). Observe-se ainda que em todas essas novas atividades e/ou rendimentos está a presença do poder público, ou sua ausência, como é o caso de políticas realmente eficazes de apoio à produção e ao produtor extrativista.

A presença do Estado cresceu via criação de empregos públicos e implantação de políticas sociais – ambas saudadas como positivas pela população. Contudo, não seria possível enxergar um paralelo aumento da dependência do Estado por parte dos moradores, ou seja, uma perda de autonomia econômica – e política? No lugar de preços para a borracha e outros produtos agrícolas, de condições de transporte e co-

mercialização, ofertam-se empregos e pagamentos de salários e benefícios. As mudanças nas atividades econômicas teriam assim uma face perversa: a cooptação por um sistema de ganhos e benefícios que altera a relação dos moradores com a floresta e, acreditamos, com a percepção do significado da “conservação” e mesmo da existência da “Reserva”, em especial por parte das novas gerações. Por outro lado, não significaria a posse de um rebanho de gado, neste contexto, uma garantia mínima de autonomia econômica e política?

Neste sentido, é preciso considerar que ao longo da década de 1990 e dos primeiros anos do século XXI, em que o poder público tornou-se extremamente presente, observa-se localmente uma concorrência entre a Prefeitura, em seus sucessivos mandatos, e as associações locais pela representação e gestão da área da Reserva, acarretando processos de cooptação, perda de legitimidade institucional e abandono de ideais de conservação. O desdobramento político local mais evidente de tudo isso foi um processo de desmobilização comunitária e uma crise das instituições sociais capazes de fazer valer as “leis da Reserva” (Plano de Utilização¹²).

Foram também as políticas públicas um grande incentivo para o processo de concentração demográfica que se acentua nos primeiros anos do século XXI. O governo em seus diversos níveis condicionou a implantação de escolas e geradores de energia, por exemplo, a presença de um número mínimo de residências em uma mesma localidade. Essas políticas públicas foram uma espécie de “ tiro de misericórdia”

11. O mesmo processo foi observado na Reserva Extrativista Chico Mendes (COSTA, 2003).

12. Cf. Pantoja, no prelo (“Reservas Extrativistas e governança: algumas inquietações”).

no padrão de distribuição espacial anterior correspondente às colocações.

3.3 “Urbanização” na floresta

Dados deste século indicam que a população da Reserva aumentou, porém sua distribuição geográfica continuou obedecendo a uma tendência já presente no final do século passado: as famílias que residiam nos pequenos afluentes se concentrando nas margens dos principais rios e igarapés, ao passo que as áreas centrais vão sendo progressivamente despovoadas.

Esta distribuição demográfica é concomitante à implantação, pelos governos federal, estadual e municipal, de equipamentos coletivos, como escolas, postos de saúde e de telefonia, geradores de energia, entre outros, em locais já de alguma concentração populacional, estimulando ainda mais o aumento desta concentração. Ao longo dos anos de 1990, projetos governamentais estimularam a criação de “comunidades”; nos primeiros anos do século XXI, núcleos populacionais que começam a se destacar pela centralidade geopolítica são erigidos em “vilas”. Estas vilas, ou distritos, passam a contar com serviços públicos básicos, oferecem empregos e salários (PANTOJA, 2006 e 2007).

Essas vilas ou núcleos populacionais contam agora com redes elétricas e cada vez mais aparelhos de televisão. Novas perspectivas de futuro têm chance de se colocar, em especial do ponto de vista das novas gerações. Entre as motivações para abandono das áreas centrais em benefício das margens está o desejo de que os filhos continuem seus estudos para além da 4ª série (do ensino básico). Os pais dos alunos sonham com uma “vida melhor” para seus filhos, e esta melhoria significa não mais

produzir borracha ou mesmo farinha e sim estudar para, com sorte, conseguir um emprego. Ao lado do gado, o “saber” aparece como um investimento confiável, uma estratégia de herança.

A vila Restauração, antiga sede de seringal, onde foi implantada uma escola de 2º grau neste período, assistiu a um crescimento vertiginoso de sua população, que passou de 12 casas em 1995 (número que se mantinha desde os anos 70) para 79 casas em 2007, tendo já ultrapassado as 100 em 2008. Nesses dados não devemos descartar o impacto de políticas públicas como o desenvolvimento do programa de construção de moradias populares de 2004 pelo INCRA. O impacto desse programa não se observa somente no aumento do número de domicílios, mas também em sua distribuição. A extrema maioria das novas casas foram construídas em aglomeradas nas margens dos rios, consolidando o novo padrão de ocupação representado pelas vilas e comunidades. O surgimento de aglomerações com formato urbano, como a vila Restauração no alto rio Tejo, são diretamente influenciados por essas políticas.

Considere-se ainda que hoje, na Reserva, que a própria construção das moradias e o conceito de ter uma boa casa passou por uma grande reforma. As casas atuais são quase todas de madeira beneficiada e telhas de alumínio. Algumas chegaram a ter banheiros equipados com privada, pia de louça e caixa d'água num projeto do governo estadual que, na Reserva, não teve vida longa. Nestas casas ainda, embora com diferenças, são encontrados aparelhos domésticos (fogões, ventiladores, geladeiras, liquidificadores etc). Televisões, antenas parabólicas e acesso a internet (na escola) são cada vez mais comuns (embora sujeitos a geradores de luz nem sempre em bom

estado), e canoa e motor quase todos têm os seus. E rebanhos de gado, também. Há, em especial nos locais como as vilas, um arremedo de urbanização, de vida urbana. “Cidades” na floresta – quais as implicações desse modelo civilizatório para o futuro, concreto e conceitual, das Reservas?

Um dado que não pode ser menosprezado é a apreciação estética da qual a floresta é objeto. Percebe-se que a presença de um campo aberto no entorno da residência constitui uma paisagem avaliada como “bonita” e desejável, ao passo que uma casa cercada pela mata é uma situação indesejável. A domesticação da natureza (aqui entendida como o ambiente florestal), num contexto de agropecuarização, tende a se intensificar, e alterações cada vez maiores passam a reconfigurar (e reconceituar talvez) a paisagem florestal. Ora, a atividade extrativista supunha sim intervenções, como a própria abertura de estradas de seringa e dos roçados, e é também provável que áreas abertas sempre tenham sido objeto de apreciação positiva. Não devemos esquecer que o padrão regional de sucesso econômico e político é o de casas cercadas de enormes áreas livres – como pode ser visto nas “fazendas” existentes na Reserva – e não uma pequena casa cercada pela floresta.

O processo de concentração demográfica e o perfil agrícola e pecuário da produção atual supõe a conversão de extensões maiores de floresta em áreas sem floresta (e tudo que nela vive). O estado crítico da escassez de caça, por exemplo, é um dado unanimemente reconhecido pelos moradores da Restauração como concomitante à expansão da vila. Hoje, para comer carne de caça, o caçador deve deslocar-se a áreas distantes e sem moradores. Esta situação é avaliada com pesar pelos moradores da vila, mas o conjunto maior das mudanças que a contextualizam é paradoxalmente entendido como um bem-vindo processo civilizatório (no sentido evolucionista de “progresso”, sendo a sede municipal um estágio mais evoluído, seguido pela cidade de Cruzeiro do Sul e assim sucessivamente)¹³. Não se trata, é claro, de apenas trocar a floresta por áreas de pasto e/ou agrícolas, mas sim de uma ascensão do que significa, para essas pessoas, melhorar de vida e que requer, *latu sensu*, um outro cenário, não mais das colocações, e sim das vilas e “comunidades”.

Ainda é cedo para generalizar este entendimento, e o sacrifício que cada um está disposto ou não a fazer para acessar os ganhos e as promessas da civilização. O sen-

13. O termo “civilização” pautou, ao longo da história, a percepção de povos nativos por parte daqueles que eram os conquistadores ou colonizadores: era preciso civilizá-los, levar a eles os objetos e valores do mundo civilizado, ou das sociedades mais “evoluídas”. Enfim, era preciso transformá-los noutra coisa do que eram. A afirmação da diversidade cultural substituiu o termo “civilização” pelo de “cultura” (Velho e Viveiros de Castro, 1980), mas insistimos no primeiro aqui pois ele remete justamente a esta idéia de transformar uma realidade que é percebida como inadequada. Entendemos, para efeitos deste artigo, que haveria uma “cultura seringueira” que vem passando sucessivamente por transformações ao mesmo tempo impostas e desejadas, numa dialética típica dos fenômenos de dominação econômica e política, porém temperada com apropriações particulares. O processo dito de urbanização aqui apresentado precisa ser melhor investigado e nuançado, e, neste sentido, o estudo da vila multiétnica Iauaretê, no alto rio Negro, é uma referência obrigatória (ANDRELLO, 2006).

tido de manter ou não a floresta em pé pode estar sendo alterado? O que a “a floresta”, do ponto de vista das novas gerações, tem a ver com suas vidas e projetos?¹⁴

Uma outra consequência da concentração demográfica em vilas ou comunidades é que ela pode estar implicando na percepção de um limite na disponibilidade de terras, justamente o contrário do sistema de colocações. Esta não é uma situação estabelecida, e sim conflituosa. Haveria, talvez, operando na Reserva pelo menos duas lógicas de direitos territoriais: uma mais tradicional, onde a propriedade dos moradores é sobre colocações definidas a partir de estradas de seringa, e outra, mais recente, que considera a definição de propriedade e de território do qual se é proprietário sob outros critérios. Que novos critérios são estes? Há um mercado de terras surgindo na Reserva? Isso é muito interessante, pois pode estar sinalizando que a terra agora tem valor de mercado, ou é o bem que é trocado. Ou seja, se no regime de colocações as transações de compra e venda sempre foram feitas a partir da avaliação das benfeitorias que possibilitavam o acesso aos recursos naturais exis-

tentes (estradas de seringa, tigelas, roçados, piques de caça, casa-de-farinha etc), agora talvez a terra (sua quantidade) esteja se tornando um elemento de avaliação importante nas transações, ou na avaliação que o morador faz do seu patrimônio.¹⁵

4. CONCLUSÃO

Para fechar, algumas considerações que introduzem elementos não explorados no texto e que merecem integrar uma agenda de pesquisa e de ação:

Encontramos hoje, no contexto de um projeto voltado para gestão territorial e busca de novas alternativas de desenvolvimento no entorno do Parque Nacional da Serra do Divisor¹⁶, o desejo de moradores da Reserva de “reflorestar” suas áreas de pasto sob a argumentação de que as terras tornaram-se “degradadas”, desvalorizando seu patrimônio e comprometendo a subsistência da família e a herança futura dos filhos. Sob esta justificativa, engajam-se em atividades experimentais de agroecologia.

Uma outra motivação parece ser a percepção de que o gado talvez não seja uma

14. Esta pergunta sugere a não naturalização dos nossos laços com a natureza, e antes a investigação sobre eles. Neste sentido, o estudo de Thomas (1988) é também uma referência obrigatória.

15. Ainda que, no interior da Reserva, isso estaria fora da legalidade, pois as terras são de propriedade da União, e as famílias possuem o direito de uso, sendo proprietárias apenas das benfeitorias que implantam. Mas a relação dos moradores com seus locais de moradia e trabalho pode ser descrita como de “propriedade”, embora sujeita a outras determinações que não as legalmente reconhecidas pelo Estado (cf. LUNA, 2003; ALMEIDA; PANTOJA, 2004).

16. Trata-se do projeto “Experiências Indígenas e Seringueiras no Entorno do Parque Nacional da Serra do Divisor: alternativas para o desenvolvimento regional”, executado pela Comissão Pró-Índio em parceria com atores locais, em especial o Centro de Formação Yorenka Antame, da comunidade Ashaninka do rio Amônia, voltado para a aprendizagem e difusão de experiências agroecológicas bem sucedidas. Os recursos do projeto vêm do Programa ARPA/FUNBIO, e o Projeto tem como objetivo principal contribuir para a gestão territorial da região a partir da integração de experiências de manejo e agroflorestais desenvolvidas na Reserva e nas Terras Indígenas vizinhas. O “Projeto FUNBIO” teve início em julho de 2008 e término para o 1º semestre de 2010.

opção tão vantajosa assim: ela tem custos, requer investimentos e tem um retorno no médio e longo prazo. O que levaria a idéia de que o gado não é uma opção de vida acessível a todos, ou, mais do que isso, que a atividade não implica necessariamente numa profissionalização do criador, tal como a seringa ou a agricultura. Neste sentido, viver de gado seria uma atividade elitista, para poucos. O gado, como atividade complementar na economia doméstica, talvez possa ser substituído ou combinado por outras, como sistemas agroflorestais, criação de abelhas, psicultura etc – criando alternativas de comercialização e de segurança alimentar.

Deve-se considerar ainda, ao lado da proliferação de pequenos rebanhos de gado pela Reserva, a presença dos grandes criadores de gado, os “fazendeiros”. Seus rebanhos podem variar de cem a mais de mil cabeças. Alguns já estavam lá estabelecidos quando a área foi decretada, outros são famílias que possuíam já um rebanho e um capital diferenciado, como comerciantes e ex-gerentes de barracão. Esse grupo, o dos “fazendeiros”, é claramente um grupo político diferente dos “seringueiros” ou “agricultores”, mais próximo a antiga imagem do “patrão”, ou do “comerciante” ou ainda do “político”, dado que exercem uma dominação sobre territórios e populações vizinhas.

Finalmente, talvez possamos pensar que não se trata de combater as atividades agropecuárias nas Reservas desenvolvidas por seus moradores de tradição agroextrativista. Elas estão aí, tanto porque sempre estiveram, quanto porque estão bem estabelecidas. Além disso, talvez nosso leque de alternativas não seja muito extenso. Um retorno a seringa, vocação natural da área, teria que se fazer acompanhar não só de

políticas de preço, melhoria tecnológica e comercialização, como de marketing para conferir prestígio à atividade, seduzindo as novas gerações. Promessas relativas ao patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados ainda são uma aventura. O Pagamento por Serviços Ambientais acena com perspectivas mais promissoras. Outras alternativas dentro do extrativismo: levam tempo, mas são um caminho. Mas não um caminho solitário.

O espírito deve ser o da sustentabilidade que sempre marcou o sistema extrativista: diversidade de nichos e produtos. Se há produtos frutos do extrativismo, vamos incentivá-los. Mas os sistemas de agricultura e criação animal precisam receber atenção: melhoria de técnicas e produtividade, reconversão de áreas desmatadas, estímulo a culturas perenes, política de preços, assistência técnica e outras ações afins.

Para finalizar, como procuramos mostrar ao longo deste artigo, é necessário retirar o excessivo foco que tem recebido a “pecuarização” das Reservas, e contextualizá-la como um processo com múltiplas conexões. Experiências como a do “Projeto FUNBIO” sugerem que a tendência de agropecuarização da economia da Reserva não é irreversível ou exclusiva. Da mesma forma, a mudança na distribuição espacial da população não significa uma alteração definitiva do modo de vida de sua população. O queremos dizer com isso? Que, por um lado, os processos em curso não têm seu desfecho conhecido. Os seringueiros continuam sendo uma população que baseia sua vida numa gama de atividades na qual o gado é apenas uma delas, e cujo futuro não está de modo nenhum estabelecido. Por outro lado, é preciso atentar que as políticas públicas da forma como tem sido concebidas e implantadas em Reservas

Extrativistas e unidades afins terminam por causar impactos problemáticos e gerar novos problemas ao fomentar a criação e expansão de núcleos populacionais mais densos. Não se trata de condenar as políticas públicas mas uma certa lógica que orienta sua concepção.

Em 1906, para alfabetizar a população do Alto Juruá, o então prefeito Thaumaturgo de Azevedo propunha escolas e bibliotecas ambulantes, percorrendo os rios e igarapés da região. Cem anos depois, o poder público incentiva a concentração desta mesma população para que o acesso aos equipamentos e serviços públicos possam ocorrer. Nos primeiros anos da Reserva, um projeto pioneiro de saúde coordenado pela Associação dos moradores fincava postos de saúde e levava assistência básica às áreas mais distantes. Hoje, os moradores devem deslocar-se para onde estes postos já existem, ou devem reunir-se em comunidades para que eles possam um dia chegar. Conflitos relativos à concentração de famílias ocorrem hoje das mais diversas maneiras, desde o gado que invade o roçado do vizinho, a disputa por árvores de lei para construções, por espaços para estabelecimento de roçados, por matas para caçar, por áreas de pesca, entre outros. Estamos falando, portanto, da ameaça à sustentabilidade social e ambiental da Reserva.

Como premissa para políticas adequadas há que se considerar a população das Reservas Extrativistas em sua singularidade, e não lançá-las num arcabouço comum de “populações rurais”, e compreender as particularidades de seu modo de vida e de sua cultura. Este posicionamento vai de encontro a recente Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6040, de 7 de fevereiro de 2007).

Nota sobre os autores

Mariana Ciavatta Pantoja é antropóloga, professora da Universidade Federal do Acre (UFAC). Eliza Lozano Costa é doutoranda em Ciências Sociais (UNICAMP). Augusto Postigo é doutorando em Antropologia (UNICAMP), coordenador do Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Alto Juruá.

Referências Bibliográficas

- ALLEGRETTI, Mary. *A Construção Social de Políticas Ambientais*. Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. 2002. 826 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002.
- ALMEIDA, Mauro W. B. de. Redescobrimo a Família Rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, 1986. p. 66-83.
- _____. As colocações como forma social, sistema tecnológico e unidade de recursos naturais. *Terra Indígena*, UNESP, Araraquara, ano 7, n. 54, p. 29-39, 1990.
- _____. 1993. *Rubber Tappers of the Upper Juruá River, Brazil*. The making of a peasant economy. A dissertation submitted by a candidate to the PhD. degree at the University of Cambridge.
- _____. Estatuto da Terra e as Reservas Extrativistas. *Reforma Agrária*, v. 25, n.1. ABRA, p. 153-168, 1995.
- _____. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, v. 19, n. 55. p. 33-52, 2004.
- ALMEIDA, Mauro W. B. de; PANTOJA, Mariana C. Justiça local nas Reservas Extrativistas. *Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande: UFPB, v. 23, n. 1 e 2, p. 27-41, 2004.
- ANDRELLO, Geraldo. *Cidade do Índio*. Transformações e cotidiano em Iauaretê. São Paulo: Edunesp/ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.
- ARAÚJO, Maria Gabriela J. de. *Entre Almas, Encantes e Cipó*. 1998. f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 1998.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro W. B. de (Orgs). *Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo, Cia. das Letras, 2002.
- COSTA, Eliza L. da. 1998. *Da patronagem à associação: poderes em disputa na Reserva Extrativista do Alto Juruá*. 1998. 143 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 1998.
- _____. As Colocações. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro W. B. de (Orgs). *Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo, Cia. das Letras, 2002. p. 135-143.
- _____. Notícias da floresta: considerações sobre a implementação de políticas para o uso e conservação da biodiversidade no estado no Acre, 1999 a 2002. In: NURIT, Bensusan (Org.). *Análise da implementação de políticas para uso, conservação e repartição dos benefícios da biodiversidade na Amazônia brasileira – Juruá/Purus/Acre (pós Consulta Macapá – 1999)*. Brasília, DF: ISA/WWF, 2003. p. 13-23.
- DIAS, Carla. *Na Floresta Onde Vivem Mansos e Brabos: economia simbólica de acesso à natureza praticada na Reserva Extrativista do Alto Juruá – Acre*. 2004. 262 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 2004.
- ERINGHAUS, Christiane. *Post-Victory Dilemmas: land use, development, and social movement in amazonian Extractive Reserves*.

A dissertation presented to the faculty of the Graduate School of Yale University in Candidacy of the Degree of Doctor of Philosophy, 2005.

ERINGHAUS, C.; GOMES, C. V. **Implicações da Pecuária em Reservas Extrativistas**. Oficina Técnica MMA/DAAM/ICMBio-GTZ. Brasília, 2009. (mimeo).

GOMES, Carlos Valério. **Cattle Ranching Expansion Among Rubber Tapper Communities in the Chico Mendes Extractive Reserve in the Southwestern Brazilian Amazonia – Exploratory Report**. WWF, Nov. 2004.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science* (162). American Association for the Advancement of Science, 1968.

LOBÃO, Ronaldo. **Economia política do ressentimento: contingente ou necessária?**. Rio de Janeiro, [s.n], [20--]. Mimeo.

LUNA, Marisa B. de A. **Afinal, quem tem mais direito? Conflitos e noções de justiça na Reserva Extrativista do Alto Juruá**. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - IFCH/UNICAMP, Campinas, 2003.

MENEZES, Mário. **As Reservas Extrativistas na Luta de Chico Mendes. Reforma Agrária**. ABRA, Campinas, ano 19, n. 1, p. 17-25, 1989.

PANTOJA, Mariana C. **De Volta a Restauração**. *Jornal Página 20*. Rio Branco, 12 mar. 2006

_____. **Arremedos Urbanos na Floresta**. *Jornal Página 20*. Rio Branco, 11 e 12 de nov. 2007.

_____. **Os Milton. Cem anos de história nos seringais**. 2. Ed. Rio Branco, Edufac, 2008.

PÉREZ-RUIZ, Manuel *et al.* Conservation and Development in Amazonian Extractive Reserves: the case of Alto Juruá. *Ambio*, v. 34, n. 3, p. 218-223, 2005.

POSTIGO, Augusto. *et al.* **Atlas Histórico do Rio Bagé**. 1. ed. Campinas: IFCH, 2008. v. 400. 100 p.

POSTIGO, Augusto. **Penduraram as Letras na Parede da Sala: escrita e organização social no Alto Juruá**. 2003. 279 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - UNICAMP, Campinas, 2003.

SALISBURY, David; SCHMINK, Marianne. Cows versus Rubber: changing livelihoods among amazonian extractivists. *Geoforum*, doi: 10.1016/j.geoforum. 2007.03.005. 2007.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural**. Mudanças de Atitudes em Relação às Plantas e aos Animais (1500-1800). São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

VADJUNEC, Jacqueline; GOMES, Carlos Valério; LUDWIGES, Thomas. Land-Use/Land-Cover Change Among Rubber Tapper in the Chico Mendes Extractive Reserve, Acre, Brazil. *Journal of Land Use Science*, n. 1, p. 1-26, 2009.

VELHO, Gilberto, VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O Conceito de Cultura e o Estudo de Sociedades Complexas. Espaço. *Cadernos de Cultura USU*, ano 2, n. 2, Rio de Janeiro, USU, p. 11-26, 1980.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1995.

RECEBIDO EM: 27/08/09

APROVADO EM: 17/12/09